

## Defensoria Pública de Minas Gerais promove Casamento Comunitário para 500 casais

*Realizada com o apoio de diversos parceiros, a cerimônia aconteceu no ginásio do Mineirinho, em Belo Horizonte, com direito a entrada dos noivos em tapete vermelho, ao som da marcha nupcial executada pela Orquestra da Polícia Militar, troca de alianças, bênção ecumênica, entrega das certidões de casamento, sorteio de presentes e registro para os casais em cabines de fotos.*



..... PÁGINA 03

**Setor de Atendimento da Capital implanta nova sistemática para o agendamento de Iniciais**



..... PÁGINA 14

**Defensoria Pública lança a terceira edição da .def Revista da Defensoria Pública do Estado de MG**



..... PÁGINA 26

## MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

**Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,**

Nossa Instituição está em festa. Diversos eventos marcam o Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio, como o Casamento Comunitário que, nesta sexta-feira (18/05), celebrou a união de 500 casais em uma emocionante cerimônia no ginásio do Mineirinho. Esta edição do Boletim também traz o registro do lançamento da 3ª edição da Revista .def e das palestras ministradas na ocasião; do atendimento prestado por defensores na Praça Sete, na Capital; das ações internas voltadas para a saúde e bem-estar de defensores e servidores; além da Roda de Conversa “Estado Democrático de Direito, Defensoria Pública e a construção de Coletivos de Base”.

Em âmbito institucional, ressalto o desenvolvimento do projeto “Proteção Integral” promovido pela DPMG, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional (Seap) e o Serviço Social Autônomo (Servas); bem como a adesão da Defensoria para a composição do Núcleo de Diálogos pelo Estado de Minas Gerais (Nudem).

Na seara das atuações, friso a implantação de nova sistemática para o agendamento de Iniciais promovida pelo Setor de Atendimento da Capital; a obtenção de liminar que interditou parcialmente o presídio José Abranches Gonçalves; a promoção de palestra sobre mediação escolar durante encontro de gestores, inspetores e secretários municipais de

Educação dos municípios integrantes de Superintendência Regional de Ensino; e a reunião que debateu a construção de coletivos de base com lideranças estudantis.

No campo das relações interinstitucionais, recebemos ouvidores-gerais de diversas Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal; participei de evento para mães promovido pelo Servas, e prestigiamos, também, reunião das mães do Grupo de Apoio Pós Adoção (Gapa). Registro, ainda, participação da DPMG em debate promovido pela Assembleia Legislativa sobre medidas de enfrentamento à criminalidade em Betim; na inauguração de Centro Socioeducativo no Sudoeste do Estado; nas comemorações dos dez anos do Nudem da Defensoria Pública de São Paulo; na posse da nova diretoria da Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil; na cerimônia de entrega de viaturas para a Polícia Militar; na solenidade de entrega do Troféu Alferes Tiradentes; em seminário promovido pela Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac); e nas cerimônias de implantação do SEEU nas comarcas de Formiga e Vespasiano.

Acompanhe ainda a premiação concedida pela Assprom para jovens que se destacaram nos estudos e no ambiente profissional em 2017; as edições da capacitação dos estagiários em Direito; as visitas ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral; e as inserções da DPMG na mídia.

Despeço-me, convidando a todos para participarem das atividades comemorativas do Dia Nacional da Defensoria Pública, que continuam até o dia 26. Confira a programação e participe!

Um abraço a todos e boa leitura!

**Christiane Neves Procópio Malard**  
Defensora pública-geral



## Defensoria Pública de Minas Gerais promove Casamento Comunitário para 500 casais

Quinhentos casais oficializaram sua união no Casamento Comunitário que a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu no dia 18 de maio de 2018. Realizada com o apoio de diversos parceiros, a cerimônia aconteceu no ginásio do Mineirinho, em Belo Horizonte, com direito a entrada dos noivos em tapete vermelho, ao som da marcha nupcial executada pela Orquestra da Polícia Militar, troca de alianças, bênção ecumênica, entrega das certidões de casamento, sorteio de presentes e registro para os casais em cabines de fotos. O evento integrou as comemorações do Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio.

“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como metal que soa ou como o sino que tine. E ainda que tivesse o dom de profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria. Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, mas o maior destes é o amor”. Com esse trecho do capítulo bíblico Coríntios, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, iniciou sua mensagem de saudação aos noivos.

Destacando a importância dos parceiros do evento, Christiane Malard agradeceu ao Governo de Minas Ge-

rais, “que disponibilizou gentilmente a valiosa infraestrutura, viabilizando a união de tantos casais, em prol de uma sociedade com mais amor”. Também rendeu agradecimentos à presidente do Serviço Social Autônomo (Servas), Carolina Pimentel que, “sensível às questões sociais e, com muito carinho e peculiar humanidade, não se furtou a apoiar todos os projetos da Defensoria Pública para os quais foi convidada”.

A defensora-geral manifestou sua gratidão “a todos que se empenharam para a realização do casamento, sem os quais este evento não seria possível. Aos defensores públicos que, por mais um ano, se dedicaram a fazer o bem, recebam o meu reconhecimento do valoroso trabalho, nas pessoas das coordenadoras Michele Glaeser, Caroline Loureiro Goulart Teixeira e Giza Magalhães Gaudereto”.

Agradeceu também ao Poder Judiciário, “pois juntos podemos aprimorar a eficiência do serviço público, contribuindo para a pacificação social, por meio de atividades extrajudiciais como a que hoje celebramos”.

Manifestou gratidão ao Poder Legislativo, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Prefeitura de Belo Horizonte, às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros.

*continua >>*



Continuação

### **Defensoria Pública de Minas Gerais promove Casamento Comunitário para 500 casais**

Christiane Malard salientou a importância do casamento para fortalecer os vínculos familiares e ressaltou que “o papel da Defensoria Pública é superar os limites para que haja, cada vez mais, justiça, cada vez mais direitos e, principalmente, cada vez mais amor a todos os cidadãos mineiros”, finalizou.

Além da defensora pública-geral, diversas autoridades compuseram o dispositivo de honra: a presidente do Servas, Carolina Pimentel, representando o governador Fernando Pimentel; a desembargadora Alice de Souza Birchall, representando o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Geraldo Augusto de Almeida; o vice-prefeito de Belo Horizonte, Paulo Lamac, representando o prefeito Alexandre Kalil; o promotor de Justiça Daniel Malard, representando o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet; a coordenadora regional de Famílias e Sucessões da Capital, Caroline Loureiro Goulart Teixeira; a professora Mariah Brochado; a juíza auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça, Simone Abras; a presidente da Copasa, Sinara Inácio Meireles; o representante do cartórios de Registro Civil de Belo Horizonte, Leonardo Santana Solero; o presidente da Igreja Batista Central, pastor Paulo Mazoni; o pároco da Paróquia São Domingos, padre Wagner Douglas; o conselheiro Galeno Gomes Siqueira, representando o Conselho Superior da DPMG; o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso; o gerente regional da Emater, Vitório Alves Freitas; e o representante da Bancorbrás, Giovanni Bessa.

O evento também foi prestigiado por vários assessores da Defensoria Pública-Geral e da Corregedoria-Geral, coordenadores, defensores públicos, servidores da

Instituição, além de familiares e amigos dos noivos.

O projeto Casamento Comunitário é mais uma das ações extrajudiciais e de alcance social que a Defensoria Pública do Estado tem realizado, com o objetivo de proporcionar ao cidadão, principalmente ao vulnerável, o pleno exercício da cidadania. A iniciativa, que garante os direitos civis, é, também, uma maneira de fortalecer os laços afetivos do casal e, conseqüentemente, da família. Em 2015, a DPMG promoveu a primeira edição do casamento na Capital, beneficiando 619 casais. Em 2017, 1010 casais de Belo Horizonte celebraram sua união no evento. Outras edições foram promovidas também no interior do Estado.

Se o casamento não fosse realizado de forma gratuita, os trâmites dos cartórios custariam para os noivos, em média, 500 reais, mais os gastos com a cerimônia.

### **Apoio**

A ação conta com o apoio da dupla César Menotti e Fabiano, Governo do Estado de Minas Gerais, Poder Judiciário, Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais, Serviço Social Autônomo (Servas), Polícia Militar de Minas Gerais, Cartórios de Registro Civil de Minas Gerais, Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), Sindicato Intermunicipal das Empresas de Bufê de Minas Gerais (Sindbufê/MG), Sicoob JUS-MP, Rede Globo, Supermercados BH, Ouro Minas Palace Hotel, Dilene Confiserie, Artes em Vídeo, Uber, Artfas Cerimonial & Promoções, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG), Mercado Central, Bancorbrás e Sesc/MG.



# Ação da Defensoria Pública na semana das mães reúne TJMG, Governo do Estado e Servas na defesa de direitos

*A Defensoria Pública do Estado de Minas, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional (Seap) e o Serviço Social Autônomo (Servas), está desenvolvendo o projeto “Proteção Integral”.*

A iniciativa tem como objetivo implementar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no *habeas corpus* (HC) nº 143.641-SP, que concedeu prisão domiciliar às gestantes e mães de filhos menores 12 anos ou deficientes, que estejam presas sem condenação definitiva, como forma de se dar relevância aos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, de acordo com as diretrizes preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Lei, 8.069/90.

O projeto envolve três etapas: a primeira, de identificação do público alvo; a segunda, de comprovação da maternidade e/ou gestação; e, por fim, a terceira fase, de requerimento de concessão de medida cautelar alternativa à prisão.

A atuação da Defensoria Pública foi iniciada na Penitenciária Feminina José Abranches, em Ribeirão das Neves. Na sequência, defensores públicos prestaram atendimento também no Presídio Jason Albergaria, em São Joaquim de Bicas, e, dia 04.05.2018, na Penitenciária Estevão Pinto, em Belo Horizonte.



**Proteção  
Integral**



**Atendimento da DPMG na Penitenciária Estevão Pinto**

## **Cumprimento do HC 143.641-SP**

Dia 08.05.2018, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Geraldo Augusto de Almeida, para apresentação do projeto “Proteção Integral” e encaminhamento de ofício comunicando uma relação de cerca de 40 acatueadas que preenchem os requisitos previstos na decisão do STF.

Participaram também da reunião o coordenador regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araujo; a presidente do Servas, Carolina Pimentel; o juiz auxiliar da presidência do TJMG, Thiago Colnago; o juiz da Vara de Execução Criminal de Belo Horizonte, Luiz Carlos Rezende e Santos; o ten. cel. Marcelo Vladimir Correia e Ana Luiza Silva Falcão, representando o secretário de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional (Seap), Sérgio Barbosa; a superintendente de Atendimento ao Preso da Seap, Louise Bernardes Passos Leite; e o advogado Acácio Santos.

O próximo passo é a interiorização do projeto, com foco nas unidades prisionais com maior adensamento populacional do interior do Estado. A Defensoria Pública, em parceria com o Servas e com a Seap, está elaborando um plano de trabalho voltado ao cumprimento do HC 143.641-SP.



**O encontro aconteceu na presidência do TJMG**



## DPMG recebe ouvidores-gerais de diversas Defensorias Públicas

*Representantes do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas estiveram na Defensoria Pública do Estado de Minas, com o objetivo de mobilização para a criação da Ouvidoria Externa da DPMG.*



O encontro aconteceu dia 07 de maio e contou com a participação da defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard; do assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho; do secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira, representando o órgão; da presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas, Vilma Reis; de diversos ouvidores-gerais de Defensorias estaduais e do Distrito Federal; além da integrante do Fórum Justiça, Elida Lauris.

A presidente do Conselho, ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia, Vilma Reis, informou que a pauta de mobilização do Conselho Nacional, que inclui cronograma de visitas às Defensorias que ainda não têm ouvidoria, foi iniciada em Minas Gerais devido à importância, antiguidade e representação da Defensoria Pública do Estado. Atualmente, 12 Defensorias contam com ouvidor-geral externo.

Os ouvidores-gerais presentes explicaram como se dá o processo de consulta à sociedade civil em seus estados, para fins de escolha do ouvidor externo. Também destacaram a importância da criação e provimento do cargo para o fortalecimento das Defensorias. “A Defensoria cresce com a Ouvidoria, que possibilita institucionalizar o diálogo e trazer a sociedade civil para dentro da Defensoria. O ouvidor, junto com o defensor público, trabalha em defesa do usuário, contribuindo para a humanização e qualificação do atendimento e, ainda, confere credibili-

dade para a Instituição”, destacaram os ouvidores.

A defensora pública-geral, Christiane Malard, salientou a importância para a Defensoria Pública de Minas Gerais da implementação da Ouvidoria, cuja criação consta no primeiro projeto de lei de autoria do defensor público-geral do Estado.

Informou que o projeto foi aprovado em dezembro de 2016, porém, devido ao limite prudencial para gastos do Estado com servidores estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda não foram possíveis a criação e o provimento do cargo, o que acontecerá com o equilíbrio econômico-financeiro e orçamentário de Minas Gerais. Acrescentou que o debate sobre o tema já passou pelo Conselho Superior e que a efetivação da Ouvidoria se trata de uma meta institucional.

Christiane Malard frisou a importância da Ouvidoria para a DPMG. “Vejo que a Ouvidoria ajuda a Defensoria a cumprir sua missão constitucional e é mais uma ponte importante da Instituição com a população”.

O secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira, enfatizou a importância do tema, que já foi debatido pelo Conselho Superior, onde não há resistência quanto à matéria. “Temos que construir juntos um modelo igualitário que valorize a participação da sociedade civil e a Ouvidoria é a ponte entre a Instituição e a população”.

*continua >>*



Continuação

### DPMG recebe ouvidores-gerais de diversas Defensorias Públicas

O assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, para quem a implementação da Ouvidoria é essencial, destacou que “todo poder tem que ter legitimidade popular e, se não há essa ponte com a sociedade, um dia, a história vai cobrar como a instituição se coloca nesse sentido e a mesma será chamada para rediscutir seu desenho”.

Participaram também da reunião os ouvidores-gerais externos: Merilane Coelho (DPE/PE); Gerson da Silva (DPE/PR); Rosicléia Costa (DPE/MA); Solene da Cos-

ta (DPE/AC); Lúcio Andrade (DPE/MT); Patrícia Pereira de Almeida (DP/DF); e Alderon Costa (DPE/SP).

Após o encontro na DPMG, em continuidade à mobilização para criação da Ouvidoria externa da Instituição, os ouvidores reuniram-se com representantes de coletivos e movimentos organizados de Minas Gerais.

As atividades integraram a 2ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas realizadas nos dias 7 e 8, em Belo Horizonte.



Solene da Costa; Rosicléia Costa; Alderon Costa; Patrícia Almeida; Lúcio Andrade; defensora-geral de Minas Gerais, Christiane Malard; secretário do Conselho Superior, Galeno Siqueira; Merilane Coelho; assessor Institucional, Rômulo Carvalho; Vilma Reis; Elida Lauris; e Gerson da Silva

## Defensora-geral participa de evento para mães promovido pelo Servas

Dia 9 de maio, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na inauguração da exposição “Carinho de Mãe”. A mostra reúne fotos de gestantes e seus bebês que participaram de cursos oferecidos pelo Serviço Social Autônomo (Servas).

continua >>



Diretora de promoção e articulação institucional da Emater, Fernanda Reis; secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional, Carlos Murta; presidente do Servas, Carolina Pimentel; e a defensora-geral, Christiane Malard

Continuação

### **Defensora-geral participa de evento para mães promovido pelo Servas**

Antecedendo ao lançamento da exposição, foi realizada uma edição especial do curso que leva o mesmo nome da mostra. Promovida pelo Servas em todo o Estado, a capacitação, que é voltada para gestantes em situação de vulnerabilidade, tem como objetivo disseminar informações sobre os cuidados com a gestação e os primeiros meses de vida do bebê. As palestras são realizadas por profissionais voluntários com experiência na área da saúde e do direito das mulheres e crianças. Iniciado em 2015, o curso já atendeu mais de mil gestantes.

Para a presidente do Servas, Carolina Pimentel, “a gestação é um dos momentos mais extraordinários da vida das mulheres. Mas, repleto de dúvidas e ansios sobre as mudanças no corpo e a vida que está crescendo nele. E, toda mulher tem direito à informação e de saber o que está acontecendo, quais são os seus direitos e dos seus bebês”.

A defensora-geral, Christiane Malard, salientou a importância de ações em prol das mulheres e das crianças e adolescentes, destacando alguns projetos da Defensoria Pública desenvolvidos em parceria com o Servas como o “Proteção Integral”.

Christiane Malard ressaltou o mérito e a abrangência do curso “Carinho de Mãe”, que “beneficia não somente mães e filhos, mas também, famílias inteiras”, e frisou o potencial da presidente do Servas, Carolina Pimentel, “para unir pessoas e estabelecer parcerias, em prol do cidadão mineiro”.

A DPG parabenizou os profissionais parceiros que participaram da produção da mostra fotográfica, a presidente do Servas e as mães presentes no evento, a quem colocou a Defensoria Pública à disposição. “Nossas portas estão abertas para qualquer uma de vocês que necessitarem dos nossos serviços”.

Christiane Malard finalizou, agradecendo e desejando a todas um feliz Dia das Mães.

*continua >>*



**Presidente do Servas, Carolina Pimentel**



**Aluna do curso, Tuane Alvim; DPG Christiane Malard; e o bebê Noah Martins Ferreira**



**DPG Christiane Malard; Cristina Corrêa; aluna do curso; presidente do Servas, Carolina Pimentel; e a fotógrafa autora da exposição, Carla Cruz**

Continuação

**Defensora-geral participa de evento para mães promovido pelo Servas**



Defensora-geral, presidente do Servas e a autora das fotos acompanhadas pelas mães participantes do curso

## Coordenador Local em Dores do Indaiá visita Gabinete da Defensoria-Geral



Dia 04.05.2018, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu o coordenador Local em Dores do Indaiá, defensor público Gaspar Carlos Filho, em uma visita de cortesia ao Gabinete. Também participou do encontro o assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Miranda Pagano.



## Defensora-geral recebe presidente da Comissão de Saúde da OAB/MG



No dia 9 de maio, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu uma visita de cortesia do presidente da Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), Bruno Cláudio Pena Amorim Pereira. O assessor Jurídico-Institucional da Defensoria-Geral, Cláudio Miranda Pagano, também participou do encontro.

Na oportunidade, Bruno Amorim entregou para a DPG convite para a posse dos membros da Comissão e para o Seminário “A Interface entre Direito e Saúde: perspectivas e desafios”.

## Deputado federal Fábio Ramalho visita a Defensoria-Geral

Dia 11 de maio, o subdefensor público-geral do Estado, Wagner Geraldo Ramalho Lima, recebeu o deputado federal Fábio Ramalho para uma reunião com o Gabinete da Defensoria-Geral. O parlamentar estava acompanhado pela advogada Jordana Tomazi.

O encontro contou também com a presença da chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; da assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; e do assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias.



A advogada Jordana Tomazi, deputado federal Fábio Ramalho; subdefensor público-geral do Estado, Wagner Geraldo Ramalho Lima; assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias.





## Defensora-geral recebe o vice-presidente a AMMP

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, no dia 15.04.2018, o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Eneias Xavier Gomes. O encontro foi realizado

para tratar de assuntos interinstitucionais.

Presentes, também, a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e o assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias.

Da esquerda para a direita: A chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a defensora-geral, Christiane Malard; o vice-presidente da AMMP, Eneias Xavier e o defensor público João Paulo Dias



## Presidente do Tribunal de Justiça Militar reúne-se com a DPG

A Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, no dia 15 de maio, a visita do juiz presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJM), James Ferreira Santos, acompanhado do chefe de Gabinete, Fábio

Manhães Xavier.

O encontro tratou de assuntos institucionais. Presentes, também, o assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias e o chefe do Gabinete Militar, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto.



Da esquerda para a direita: O defensor público, João Paulo Dias; o chefe de Gabinete, Fábio Manhães; a defensora-geral, Christiane Malard; o presidente do TJM, James Ferreira; e o chefe do Gabinete Militar, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto





## DPG recebe visita do desembargador José Marcos Rodrigues Vieira e da professora Maria Celeste Morais Guimarães

A Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, na quarta-feira, dia 16, a visita do desembargador José Marcos Rodrigues Vieira e da professora Maria Celeste Morais Gui-

marães. O encontro tratou de assuntos institucionais.

Presentes, também, o assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias e a assessora Institucional, Giza Magalhães Gaudereto.



O desembargador José Marcos Rodrigues Vieira; a defensora-geral, Christiane Malard; a professora Maria Celeste Morais Guimarães; os defensores públicos Giza Magalhães Gaudereto e João Paulo Torres Dias

## Defensora-geral recebe o coordenador da Desits Cível, Eduardo Vieira Carneiro

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, no dia 17, a visita do coordenador da Defensoria Especializada de Segunda Instância – Cível (Desits CI), Eduardo Vieira Carneiro. Presentes, também, o coordenador do núcleo da representação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília, e editor da revista .def, Péricles Batista da Silva, a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da

Costa, e o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves.

Na ocasião, o coordenador da Desits recebeu exemplar da terceira edição da Revista da Defensoria. O editor-chefe destacou a seção “Direito dos Tribunais”, “que traz interessantes decisões favoráveis obtidas pela Defensoria mineira nos Tribunais Superiores”, ressaltou.

O defensor público Péricles Batista da Silva, a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa; a defensora-geral, Christiane Malard; os defensores públicos, Eduardo Vieira Carneiro e Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves





## Secretário de Estado adjunto de Educação visita a Defensoria-Geral

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, na quinta-feira, dia 17, a visita do secretário estadual adjunto de Educação, Wieland Silberschneider. O encontro tratou de assuntos institucio-

nais. Presentes, também, a coordenadora de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Estado de Educação, Kessiane Goulart Silva, e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho.

A assessora Tifanie Avellar Carvalho; a defensora-geral, Christiane Malard; o secretário Wieland Silberschneider e a coordenadora Kessiane Goulart Silva



## Defensora-geral autoriza abertura do edital dinâmico de remoção

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se, no dia 16, com as assessorias Institucional e Jurídico-Institucional do Gabinete, além dos membros da comissão criada e atualizada pelas Resoluções nº196/16, 207/17 e 16/18, e da equipe da superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da Defensoria Pública de Minas Gerais, oportunidade em que autorizou a abertura do edital dinâmico de remoção, cumprindo compromisso anteriormente assumido perante a classe. A iniciativa, pioneira na Defensoria Pública mineira, otimizará o procedimento de remoção.

A oferta de vagas terá início às 00h00 da sexta-feira, dia 18 de maio, com término às 23h59 no dia 1º de junho de 2018.

Christiane Malard observou que o processo é importante para a classe, “além de representar uma grande conquista institucional que ficará como legado para as próximas gestões”.

Durante o encontro, o analista de programas Vítor Campos Miguel Neves, pontuou que a implantação do sistema foi um desafio para a Superintendência da Tecnologia da Informação (STI), “pois conseguimos conciliar os sonhos dos usuários com a inovação tecnológica, o que é gratificante”, ressaltou.

[Clique aqui para ler a Resolução 110/2018.](#)



O analista Vítor Campos Miguel Neves; os defensores públicos João Paulo Torres Dias, Cibele Cristina Maffia Lopes e Rômulo Luis Veloso de Carvalho; a defensora-geral, Christiane Malard; os defensores públicos Nikolas Macedo Katopodis; Marcela Moraes Pereira das Neves e Marcos Lourenço Capanema



## Ações em destaque

# Setor de Atendimento da Capital implanta nova sistemática para o agendamento de Iniciais

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordenação de Atendimento da Capital, inaugurou, no dia 25 de abril, o Setor de Conferência e Agendamento de Iniciais (SCAI). O objetivo é proporcionar mais conforto para o assistido, que já terá marcado dia para conferência de seus documentos e o agendamento para um defensor público prestar o atendimento necessário para o encaminhamento da ação.

Entre os benefícios do agendamento, a coordenadora do Atendimento, Eden Mattar, destaca os seguintes: proporciona a diminuição considerável da fila, visto que o assistido pode vir durante parte do horário de expediente solicitar o agendamento (12h às 16h) sem que haja necessidade de se enfrentar longas filas; via-



biliza um atendimento com maior qualidade, gerando menos estresse, cansaço, frustração e nervosismo para todos os envolvidos; acaba com a longa espera para ser atendido, estimada em até 8 horas.

Além disso, o modelo evita que os assistidos retornem para suas casas sem atendimento, o que ocorre atualmente por força da limitação de senhas; torna mais ágil o serviço que, na parte da manhã, atenderá os assistidos para orientação, e, na parte da tarde, os que comparecerem para conferência e agendamento de Iniciais.

Conforme Eden Mattar, “o SCAI tem também por finalidade adequar o setor de Atendimento e educar os assistidos a um projeto mais moderno, que será o Centro de Relacionamento com o Cidadão), que prestará atendimento por meio do telefone 129. O projeto já se encontra formalizado e em vias de implementação futura”, destacou.

Eden Mattar acrescentou que, “aos poucos, a DPMG vai respondendo às necessidades da população, por maior agilidade e de conforto na prestação dos serviços. Esperamos que esse projeto possa servir também de exemplo a ser seguido, dentro das peculiaridades de cada comarca”, completou.

## DPMG participa de debate promovido pela Assembleia Legislativa sobre medidas de enfrentamento à criminalidade em Betim

O coordenador Local da Defensoria Pública em Betim, Maxnei Gonzaga, participou, dia 08 de maio, da audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que debateu medidas de enfrentamento à criminalidade em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em sua explanação, Maxnei Gonzaga destacou a importância do Projeto Reintegra e que a DPMG, em parceria com o município de Betim, busca “viabilizar o trabalho extramuros nos moldes do Reintegra para os

reclusos que cumprem pena no regime semiaberto no Ceresp/Betim”. De acordo com o defensor público, a prefeitura forneceria transporte, alimentação e o pecúlio previsto na Lei de Execuções Penais, e a DPMG, a equipe psicossocial.

Conforme Maxnei Gonzaga, “os reclusos do regime semiaberto e os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas prestarão serviços na Instituição, com o intuito de promover a inclusão social, com o apoio dos defensores públicos e servidores que atuam na Defensoria Pública em Betim”.

O projeto Reintegra também foi elogiado pelo secretário municipal de Governo de Betim, Bruno Cypriano. O secretário destacou os investimentos na Guarda Municipal e defendeu mais investimentos em educação, como forma de prevenir o crime. Ressaltou a importância das políticas públicas e investimentos sociais visando a ressocialização dos adolescentes infratores e elogiou o projeto Reintegra, por seu objetivo de ampliar a oferta de trabalho para sentenciados.



**O defensor público Maxnei Gonzaga e o secretário de Segurança Pública de Betim, Júlio César Rachel de Paula**

FOTO: CLARISSA BARÇANTE/ALMG

AÇÕES EM DESTAQUE

## Coordenadora do MESC ministra palestra sobre mediação escolar em Nova Era



A defensora pública Francis Coutinho durante palestra em Nova Era

A defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (MESC) e da Câmara de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial, ministrou palestra, dia 8 de maio, no auditório do Colégio Bernoulli, durante o II Encontro Gerencial de Gestores, Inspetores e secretários municipais de Educação dos municípios integrantes da Superintendência Regional de Ensino de Nova Era.

Em sua palestra, Francis Coutinho teceu considerações sobre o desenvolvimento da técnica da mediação dentro da escola e seus instrumentos, como a escuta ativa e a Comunicação não Violenta (CNV), dentre outros. O objetivo, segundo a defensora pública, "é auxiliar os profissionais da educação para compreenderem a eficiência da técnica da mediação para melhoria do ambiente escolar, prevenindo, minimizando e solucionando conflitos".

## Defensora pública reúne-se com lideranças estudantis para debater a construção de coletivos de base

A coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (MESC – Paz em Ação) e da Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial da Defensoria Pública, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, reuniu-se, dia 10 de maio, na sede da Instituição na Capital, com lideranças estudantis, professores e parceiros do MESC para discutir a formação de um coletivo, por meio do qual possam ser debatidos temas e ações conjuntos em favor da educação com dignidade e democracia no processo educacional, assim como ações afirmativas em direitos fundamentais. Participou do debate a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep MG), Hellen Caires Teixeira Brandão.

O encontro foi preparatório da Roda de Conversa que ocorreu na sede da DPMG, no dia 17 de maio, como parte das comemorações do Dia da Defensoria Pública, com o tema "Estado Democrático de Direito, Defensoria Pública e a Construção de Coletivos de Base", numa promoção da Esdep e Câmara de Estudos de Métodos Ade-

quados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial.

De acordo com Francis Coutinho, "não há mudança institucional e no ambiente escolar, sem a disposição de mudança do gestor em direção à partilha e descentralização de poder, reconhecimento das diferenças individuais em habilidades e competências, e abraço da empatia como uma revolução diária".

Participaram do encontro os professores André de Oliveira Pires e Maria Aparecida Moreira; a advogada Bianca Lopes Guariento; as alunas do Valores de Minas Laura Leste Lemos, Nicolle Carolina Cardoso "Fada" e Ana Carolina Dias; o representante do Grêmio da Escola Estadual Olegário Maciel, Wilklin Augusto da Silva; a superintendente de Intersetorialidade da Subsecretaria da Juventude da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), Bárbara Ravana; o presidente da União Colegial de Minas Gerais (UCMG), Glauberth Reis; a representante da União da Juventude Socialista, Késsia Teixeira; e a mediadora juvenil do MESC, Danielle Pereira da Silva.



Encontro debateu a formação de coletivos de base com foco na educação democrática e digna, e educação em direitos

## Poder público apresenta uma luz no fim do túnel para a Ocupação Carolina Maria de Jesus

A solução para a moradia das aproximadamente 150 famílias da Ocupação Carolina Maria de Jesus parece estar próxima. Pelo acordo que está sendo costurado com o Governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte, os moradores serão realocados em terrenos cedidos pelo poder público.

Pela proposta, serão construídas moradias, via o programa federal Minha Casa Minha Vida, no bairro Olhos d'Água e na região do Barreiro, na Capital. No período das obras, os moradores irão para um imóvel na região central e receberão bolsa aluguel. A ideia dos moradores é que o auxílio seja utilizado para viabilizar a construção das casas e que a estrutura básica, como energia, água, saneamento e abertura de ruas, seja garantida pelo poder público. Parte dos moradores precisa morar próxima ao centro e será realocada na região, em imóvel a ser definido ainda.

A efetivação do acordo será um alívio para as cerca de 500 pessoas da Ocupação Carolina Maria de Jesus, que vivem sob a ameaça constante de despejo pela Polícia Militar, já que existe uma liminar determinando a reintegração de posse do imóvel que abriga os moradores.

Organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Ocupação Carolina Maria de Jesus foi iniciada em setembro de 2017, em um prédio comercial localizado na Avenida Afonso Pena, na região central de Belo Horizonte. Segundo o advogado Thales Viote, que é morador da ocupação e militante do MLB, “o movimento organizou as famílias e deu vida ao prédio que há muitos anos estava inutilizado, sem qualquer função social”. O edifício é propriedade da Fundação Sistel de Seguridade Social e era sede da Secretaria de Estado de Saúde.

Responsável pela defesa dos moradores no processo de reintegração de posse, a Defensoria Pública de Minas Gerais interpôs recurso contra a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No recurso, o coordenador da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), defensor público Aylton Rodrigues Maga-

lhães, pede que o conflito coletivo seja negociado, o que é um dos princípios que regem o novo Código de Processo Civil. O recurso ainda não foi julgado.

Ainda segundo o militante, “a maioria dos moradores não tem para onde ir e ficaria nas ruas, em caso de despejo. Estamos na expectativa da formalização do acordo”, afirma Viote.

Durante reunião realizada na ocupação, o defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho, assessor da Defensoria Pública-Geral salientou que o direito à moradia é um direito social garantido pela Constituição Federal. “A Defensoria Pública de Minas está atuando para que aconteça um desfecho positivo, que dê dignidade a essa população de muita luta”, afirmou.

Também presente na reunião, a defensora pública Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, frisou que a Ocupação Carolina Maria de Jesus abriga “muitas famílias, mulheres e crianças que têm direito à habitação e a uma vida tranquila. Pessoas que têm direito a não ter que viver sob ameaça constante de não ter onde morar, onde viver e como cuidar de suas crianças”.

Participam da mesa de diálogo da negociação: o MLB, Defensoria Pública, Governo de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte, Ministério Público, UFMG e PUC Minas.

### Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira, negra, que viveu em situação de rua, filha de pais negros e analfabetos. Aos 33 anos, desempregada e grávida, Carolina foi morar na favela do Canindé, em São Paulo. Ao mesmo tempo em que trabalhava como catadora de lixo, escrevia seu cotidiano, a vida dentro da favela e sobre questões sociais e políticas do lugar, além de ter composto várias músicas. O nome da ocupação chama atenção para a questão da mulher e da população negra, que são os mais injustiçados pelo sistema capitalista dentro da classe trabalhadora.

### Nota Conjunta das Defensorias Públicas do Brasil sobre o incêndio no edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo

Defensorias Públicas de todo o Brasil, através de seus núcleos especializados, divulgaram uma nota sobre o contexto social das ocupações de imóveis no Brasil, diante dos questionamentos que se formaram após o desmoronamento do Edifício Wilton

Paes de Almeida, em que moravam mais de 140 famílias no Largo do Paissandu, no centro de São Paulo.

[Clique aqui para ler a nota na íntegra.](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

## DPMG participa das comemorações dos dez anos do Nudem da Defensoria Pública de São Paulo

A coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem), Maria Cecília Pinto e Oliveira, participou, no dia 10 de maio, do seminário comemorativo dos dez anos do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o tema “Reconhecimento e resistência: papel das Defensorias Públicas na garantia de Direitos Humanos das mulheres numa perspectiva intercultural”.

O seminário foi aberto pela ouvidora Externa da Defensoria Pública da Bahia, Vilma Reis e, no encerramento, apresentação cultural do grupo “Cabaré Feminista”.

No dia 11 de maio, Maria Cecília Oliveira participou

de reunião da Comissão da Mulher do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), que teve a participação de defensoras representantes de 19 unidades federativas. Dentre os temas debatidos na reunião, o formato do Nudem de cada estado e qual deles se revela mais eficaz no enfrentamento à violência contra a mulher.

Ainda no dia 11, foi realizada reunião da Comissão da Mulher da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), em que se discutiu as estratégias para uma mobilização no próximo dia 6 de junho, em Brasília, cujo objetivo será a adoção da flexão de gênero na nomenclatura da Anadep.



Encontro debateu o formato do Nudem de cada estado, entre outros temas

## Defensoria Pública obtém liminar concedendo interdição parcial do presídio José Abranches Gonçalves

A Defensoria Pública em Ribeirão das Neves obteve liminar na Ação Civil Pública nº 0054810-44.2018.8.13.0231, concedendo a interdição parcial do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves, em função da superlotação detectada na unidade, com capacidade para 126 detentas e abrigando 330 presas. A ação foi protocolada na Vara Criminal das Execuções Penais do município, no dia 4 de maio.

A superlotação da unidade e a carência de viaturas, servidores, profissionais de saúde e medicamentos fo-

ram as justificativas para o pedido de liminar. “Atualmente, há um desfalque na quantidade de agentes penitenciários e impossibilidade de contratação de novos pela situação de carência que enfrenta o Estado de Minas Gerais”, ressaltou Paulo Henrique Drummond Monteiro.

No despacho, a juíza Miriam Vaz Chagas limita em 220 o número de detentas no presídio e estipula multa no valor de 100 salários mínimos por dia de descumprimento da sentença.



AÇÕES EM DESTAQUE

## Defensores públicos prestam atendimento na Praça Sete

*No dia 15.05.2018, os cidadãos que passaram pela Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte, puderam receber orientações jurídicas prestadas por defensores públicos. A ação, em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio, foi promovida pela Adep-MG, com o apoio da Defensoria Pública de Minas Gerais e da Defensoria Pública da União.*



Cerca de 300 pessoas receberam orientações relativas a problemas na documentação pessoal e em diversas áreas, como família, saúde, previdência, entre outras

“Defensoras e Defensores Públicos pelo direito à documentação pessoal: onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos” é o tema da campanha nacional deste ano, que tem como objetivo mostrar à sociedade que a Defensoria Pública pode ajudar o cidadão a obter e/ou retificar a documentação básica.



Presidente da Anadep, Antonio Maffezoli; defensora pública-geral, Christiane Malard; e o presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso

Presente no evento, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, destaca que, ao viabilizar o acesso à documentação, o projeto proporciona o acesso aos direitos dos cidadãos. “É uma atuação extrajudicial extremamente importante pois age na origem do exercício da cidadania. Para exercer a cidadania, cada cidadão precisa possuir documentos pessoais pois são eles que regulamentam a existência do indivíduo, tornando possível desfrutar dos seus direitos. Além disso, a ação aproxima a população dos defensores públicos e confere dignidade aos cidadãos”, salientou a DPG.

A iniciativa contou também com a presença do corregedor-geral da DPMG, Flávio Nelson Dabes Leão; da assessora da Corregedoria, Cibele Cristina Maffia Lopes; da chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; do presidente da Anadep, Antonio Maffezoli; do presidente e do vice da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso e Flávio Aurélio Wandeck Filho; além de diversos defensores públicos estaduais e da União.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensores públicos prestam atendimento na Praça Sete**

Presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; cidadão; defensora pública Marolinta Dutra; assessora da Corregedoria, Cibele Cristina Maffia Lopes; defensora pública Laurelle Carvalho de Araújo; presidente da Anadep, Antonio Maffezoli; defensora-geral, Christiane Malard; defensoras públicas Samantha Vilarinho Mello Alves, Eliane Medeiros e Rosania Aparecida Chaves; defensor público Marcelo Tadeu de Oliveira; defensoras Renata Simião Gomes e Alessandra Pereira Eler; e o defensor público Fernando Campelo Martelleto

Defensores públicos Flávio Aurélio Wandek Filho, Luis Renato Braga Areas Pinheiro e Bruno Barcala Reis; chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; DPG Christiane Malard; presidente da Anadep, Antonio Maffezoli; presidente da da Adep-MG, Eduardo Generoso; defensor público Fernando Martelleto; e a assessora da Corregedoria, Cibele Maffia



Defensoras públicas Samantha Vilarinho, Laurelle Carvalho, Eliane Medeiros, Marta Juliana Marques Rosado Ferraz, Cibele Maffia, Marolinta Dutra, Rosania Chaves e Alessandra Eler

AÇÕES EM DESTAQUE

## Defensor público participa de audiência da ALMG sobre educação especial

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, em atuação em Betim, participou na segunda-feira, dia 14, da audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que debateu as condições de funcionamento das Escolas de Educação Especial do Estado, especialmente quanto ao processo de acolhimento e matrícula de alunos com deficiência, no ano letivo de 2018.

Para Luis Renato Pinheiro, quando se discute educação especial, “o ideal a ser perseguido é uma escola comum que abarque todos os alunos. Entendo que os pais defendam a escola especial. Mas o desafio hoje é uma inclusão real. Até mesmo as escolas especiais estão longe de ter o atendimento adequado”, ressaltou.

FOTO: DANIEL PROTZNER/ALMG



O defensor público Luis Renato Pinheiro

## DPMG realiza campanha de vacinação contra gripe na Capital

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu no dia 16, como parte das Comemorações do Dia da Defensoria Pública, campanha de vacinação contra a Influenza, na sede I da Instituição. A campanha, que é realizada na Defensoria Pública desde 2012, é coordenada pela Assessoria de Comunicação (Ascom), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

No total, 420 pessoas, entre defensores públicos, servidores, estagiários e trabalhadores mirins foram imunizadas contra três tipos de vírus – H1N1, H3N2 e B/Brisbane/60/2008, prevalecendo a faixa etária entre 30 e 45 anos. A vacina, além de prevenir as complicações da gripe, como pneumonias e broncopneumonias, ainda reduz o número de internações e óbitos.

Trabalharam na campanha, pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a coordenadora, Vera Lúcia Alves Ramos, o assistente, André Luiz e os enfermeiros, Marco Antônio Nascimento, Thaysa Garofalo e Luciana Augusta Rosa.

### Dicas de saúde e bem-estar

Ainda dentro da programação do Dia da Defensoria foram realizadas atividades voltadas para o bem-estar e cuidados pessoais. Promovido em parceria com a Polishop, o evento contou com a colaboração da vendedora Priscila Barreto e o gerente Frederico Boulart.

Durante a atividade foram realizadas sessões de massagens, degustação de produtos e beleza capilar feminina.



A vacinação contra a Influenza imuniza contra três tipos de vírus, além de prevenir complicações como pneumonias e broncopneumonias e reduzir o número de internações e óbitos



Da esquerda para a direita, o assistente André Luiz, os enfermeiros Marco Antônio e Thaysa Garofalo, a defensora pública-geral, Christiane Malard, a coordenadora Vera Lúcia e a enfermeira Luciana Augusta

## Eventos

# Defensoria Pública participa de inauguração do primeiro Centro Socioeducativo do Sudoeste do Estado

O coordenador da Regional Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli Penha, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na cerimônia de inauguração de Centro Socioeducativo voltado para a internação de adolescentes em conflito com a lei. O evento aconteceu dia 03.05.2018, no município de Passos.

De iniciativa do Governo de Minas Gerais, o Centro é o primeiro da região para essa finalidade e tem capacidade de atendimento para 40 jovens do sexo masculino de até 21 anos.

O prédio foi adaptado para atender às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). A unidade conta com oito alojamentos e três salas para oficinas, além de abrigar uma escola estadual. Paralelo ao ensino regular, os adolescentes participarão de oficinas de orientação profissional, esporte e cultura, além de acompanhamento pedagógico.

Até então, os adolescentes da região em conflito com a lei eram encaminhados para os Centros Socioeducativos de Divinópolis, Juiz de Fora e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo avaliação da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas



CRÉDITO FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

**O coordenador da Regional Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli Penha, compôs o dispositivo de autoridades**

(Suase), quanto mais próximo de seu domicílio o adolescente cumprir suas medidas socioeducativas, maior será a possibilidade de alcançar o objetivo da ressocialização. A proximidade dos parentes e do local de residência é também uma orientação do ECA.

O coordenador Local da unidade da DPMG em Passos, Thiago Alves Figueiredo, também prestigiou o evento.

*Com informações da Agência Minas*

# Defensoria Pública prestigia entrega de viaturas para a PM

A assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), dia 4.05.2018, na solenidade de entrega de 72 novas viaturas para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), no Palácio da Liberdade, na Capital.

Ao todo, foram investidos R\$ 5,2 milhões para a aquisição dos veículos que vão reforçar o trabalho da

segurança pública em 68 municípios de diversas regiões do Estado. Os recursos para a compra dos veículos são provenientes de emendas parlamentares.

As novas viaturas serão utilizadas no patrulhamento preventivo e ostensivo, oferecendo mais condições de trabalho aos policiais e melhorando o atendimento das demandas da população.

*Com informações da Agência Minas*



**A defensora pública Diana de Lima Prata Camargos (Da esquerda para a direita, 2ª posição ao fundo)**

CRÉDITO FOTO: MANOEL MARQUES/IMPRENSA MG

EVENTOS

## DPMG participa da solenidade de entrega do Troféu Alferes Tiradentes

O defensor Público Luís Ernesto Silva Soares, em atuação na área de Famílias e Sucessões da Capital, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), dia 4.05.2018, na solenidade de entrega do Troféu Alferes Tiradentes, pelo Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (COPM), no auditório Inconfidentes do COPM, na Capital.

Desde 1983, a honraria, uma estatueta do inconfidente, é concedida anualmente a oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e do Corpo de Bombeiros

Militar de Minas Gerais, a personalidades e entidades que tenham prestado contribuição relevante para o desenvolvimento das corporações e da sociedade mineiras.

O troféu recorda os feitos do alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como “Tiradentes”, que, tendo servido no Regimento Regular de Cavalaria, primeira tropa remunerada da Capitania, se tornou patrono das Polícias Militares do Brasil em 1946.

*Com informações da PMMG*

FOTO: ARNALDO ATHAYDE/COPM



O defensor público Luis Ernesto Soares (2ª posição, da esquerda para a direita, na segunda fila)

Arnaldo Athayde & Elmer Almeida

## Defensoria Pública participa da implantação do SEEU na comarca de Formiga e em Vespasiano

O coordenador Local em Formiga, Eduardo José do Carmo, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na cerimônia de implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na comarca. O evento foi realizado dia 7 de maio, no Fórum local.

O SEEU permite a movimentação simultânea de um processo por juízes, assessores, secretaria, advogados, promotores e defensores. Com ele, o cálculo da pena é automático, o lançamento de dias de remição é simplificado e alertas notificam os usuários de que o sentenciado já pode usufruir de benefícios como comutação de pena, livramento condicional, indulto e progressão de regime. Além disso, o sistema gera relatórios que per-

mitem aos operadores e profissionais do Direito analisar em profundidade o acervo processual, se organizar com as suas equipes e planejar melhorias.

### Conclusão do SEEU em Vespasiano

Os coordenadores Locais em Vespasiano, defensores públicos Victor Luiz Silva de Faria e Leonardo Bicalho de Abreu (substituto), representaram a Defensoria Pública de Minas Gerais na cerimônia de conclusão da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na comarca. O evento aconteceu dia 11.05.2018

EVENTOS

## DPMG participa do seminário promovido pela Sedpac sobre Direito Humano ao Protesto

As defensoras públicas Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, Júnia Roman Carvalho e Maria Auxiliadora Viana Pinto, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participaram, dia 9 de maio, no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFMG, do Seminário Direito Humano ao Protesto, promovido pela secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac).

Durante o encontro foi lançado o relatório “Diretri-

zes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais”, com a presença do consultor Jurídico em Direitos Humanos, Justiça e Segurança do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Felipe Gonzaléz Hernández.

O encontro debateu os aspectos teóricos e práticos do direito humano ao protesto, com a participação de movimentos sociais, sindicatos, instituições públicas e privadas, pesquisadores e Organizações Não Governamentais.

## Defensoria Pública prestigia posse da nova diretoria da Comissão da Saúde da OAB

O coordenador da Defensoria Especializada da Saúde da Capital, Bruno Barcala Reis, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na solenidade de posse do presidente e dos membros da Comissão da Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no 1º Seminá-

rio da Comissão da Saúde – “A Interface entre Direito e Saúde: perspectivas e desafios”, no dia 14 de maio, no auditório da OAB, em Belo Horizonte. No seminário, o palestrante, Luis Felipe de Freitas Kietzmann, abordou a ética na saúde, com ênfase em compliance e ética.



Da esquerda para a direita: O gerente geral do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais Gustavo Temponi; o vice-presidente do Conselho estadual de Saúde de Minas Gerais, Ederson Alves; o defensor público Bruno Barcala; o presidente da Comissão de Direito Sanitário da OAB, Tadahiro Tsubouchi; o presidente da Comissão da Saúde da OAB, Bruno Cláudio Claudio Amorim Pereira; o tesoureiro adjunto da OAB, Adriano Cardoso da Silva; o procurador-geral adjunto de Belo Horizonte, Marlus Keller Riani; a representante da Comissão de Bioética e Biodireito da OAB, Livia Aguiar; a presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, Carla Prado Silva; o diretor de Defesa do Exercício Profissional para Assuntos Legislativos da Associação Médica de Minas Gerais, Marcelo Versiani Tavares

EVENTOS

## Defensoria Pública participa de encontro de grupo de adoção no Servas

A chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou a Defensoria Pública na reunião das mães do Grupo de Apoio Pós Adoção (Gapa) promovida pelo Serviço Social Autônomo (Servas), na segunda-feira (14/05).

O apoio entre as mães no enfrentamento de desafios que permeiam o mundo da adoção tardia é o principal propósito do Gapa.

O encontro foi coordenado pela presidente do Servas, Carolina Pimentel.



## Defensoria Pública participa da implantação do 3º Tribunal do Júri em Belo Horizonte

No dia 17, o coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na solenidade de instalação do 3º Tribunal do Júri na Comarca de Belo Horizonte, no Fórum Lafayette. Esse tribunal terá competência para realizar sessões plenárias dos julgamentos das causas que envolvam os crimes dolosos contra a vida e outros que lhes forem conexos.

De acordo com o juiz diretor do foro, Marcelo

Rodrigues Fioravante, "com a instalação do terceiro plenário do Tribunal do Júri, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) busca dar resposta mais célere aos crimes violentos que tanto afligem a sociedade. O terceiro plenário representará maior agilidade no julgamento dos crimes dolosos contra a vida, como homicídios, e a consequente redução da sensação de impunidade que a demora da prestação jurisdicional acaba espelhando".

FOTO: ROBERT LEAL/TJMG



O defensor público Fernando Luis Camargos Araújo (1ª posição da esquerda para a direita)

## Escola Superior

# Defensoria Pública assina Termo de Adesão ao Núcleo de Diálogos pelo Estado de Minas Gerais.

A diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), Hellen Caires Teixeira Brandão, representou, no dia 03 de maio, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na solenidade de assinatura do Termo de Adesão para a composição do Núcleo de Diálogos pelo Estado de Minas Gerais (Nudem), formado por integrantes da DPMG, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), da Escola da Advocacia Geral da União, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais.

Ao assinar o Termo de Adesão, Hellen Caires Teixeira ressaltou que as parcerias em torno do Nudem, “além de buscarem soluções de vanguarda para a gestão da administração pública, tem como meta final a melhor qualidade do serviço público”. Frisou a relevância do termo de Adesão para a Escola Superior

da Defensoria Pública, “com pouco mais de um ano de existência, e buscando atuar de forma a colaborar para efetivação de um melhor serviço à população”. A assinatura do Termo de Adesão integra as comemorações do Dia da Defensoria Pública na DPMG.

Idealizado pela doutora Mariah Brochado, o Nudem é uma proposta de política para levar a extensão universitária para a gestão pública, com o objetivo de despulverizar ações. De acordo com Mariah Brochado, é a primeira vez que a extensão universitária se torna instância dialógica como política pública de um Estado da Federação “o que chamou a atenção do Estado de São Paulo, que solicitou informações sobre o projeto”, destacou. O Nudem irá certificar as ações promovidas entre a Academia e o Estado em diversas frentes, e pode ser replicado no plano internacional, como a experiência com os países lusófonos, na capacitação e atualização de profissionais do Direito”, frisou.



Da esquerda para a direita: O desembargador, José Eduardo Chaves; o desembargador Manoel dos Reis Moraes; juiz Fernando Armando Ribeiro; a defensora pública Hellen Caires Teixeira; a professora Mariah Brochado; o secretário Marco Antônio de Rezende; o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet

FOTOS: MARCOS EVANGELISTA/SECRI

**Termo de Adesão ao Nudem reuniu representantes de diversos órgãos do Judiciário, do Estado e da UFMG**



Assinaram o Termo de Adesão ao Nudem, além da DPMG, pelo Ministério Público de Minas Gerais, o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet; pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o desembargador Manoel dos Reis Mo-

rais; o secretário de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira; pelo Tribunal de Justiça Militar, o Juiz Fernando Armando Ribeiro e pela Advocacia-Geral da União, Rodrigo Ribeiro.

## Defensoria Pública lança a terceira edição da .def Revista da Defensoria Pública do Estado de MG

*A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da sua Escola Superior (Esdep), lançou a terceira edição da .def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no dia 16 de maio, no auditório da Instituição, na Capital.*

O evento contou com palestras do professor Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira, que falou sobre “Ativismo judicial, judicialização da política e crise institucional”, e da professora doutora Mariah Brochado, que abordou o tema “Pós-democracia e Defensoria Pública”. A solenidade integrou a pauta das comemorações do Dia da Defensoria Pública na DPMG.

A revista semestral busca promover a análise crítica e a veiculação de diferentes pontos de vista sobre temas que, direta ou indiretamente, possam contribuir para atenuar a vulnerabilidade de cidadãos e grupos sociais, o que constitui missão precípua da Defensoria Pública. A .def aposta em uma linha editorial que conjugue qualidade e seriedade com uma linguagem acessível e conectada com a contemporaneidade.

Além dos artigos jurídicos, a edição traz entrevistas

com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, e com a defensora-geral, Christiane Malard, e reportagem especial sobre a Defensoria Pública em Brasília.

Em sua saudação, a defensora-geral, Christiane Malard, parabenizou o editor chefe da revista, Péricles Batista da Silva, o Conselho Editorial e os autores de artigos, assim como a equipe da Assessoria de Comunicação Social pelo trabalho realizado.

A defensora-geral ressaltou que “a revista nasceu junto com a Escola Superior e caminham juntas, como complemento uma da outra, no sentido de fomentar as atividades acadêmicas da DPMG”. Agradeceu a dedicação e cuidados de todos os envolvidos com a produção da revista para atingir resultados de qualidade e desejou que a revista tenha continuidade.

*continua >>*



O professor Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira; a defensora pública Hellen Caires Teixeira Brandão; a defensora-geral, Christiane Malard; o defensor público Péricles Batista da Silva; a professora Mariah Brochado; o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação*

**Defensoria Pública lança a terceira edição da .def Revista da Defensoria Pública do Estado de MG**

O editor da revista, defensor público Péricles Batista da Silva, coordenador do Núcleo de representação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília, agradeceu o apoio e o incentivo recebidos da defensoria-geral, principalmente a liberdade editorial.

Por sua vez, a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão, ressaltou a importância da revista e a Escola Superior caminharem unidas, sempre buscando uma produção editorial bem elaborada.

O professor Bruno Amorim Pereira, em sua palestra, abordou como, no contexto do pós-Segunda Guerra, do advento do Estado Democrático de Direito e do movimento do neoconstitucionalismo surgiram fenômenos como a judicialização da política e o ativismo judicial, com o aparecimento de uma nova forma de exercício do poder Judiciário.

“O atual momento histórico faz com que o Judiciário, ao conquistar espaço democrático, se torne o responsável por controlar atos do Executivo e do Legislativo. Ao exercer sua jurisdição constitucional, o Judiciário tem avançado sobre a política”, frisou.

No desenvolvimento do seu tema, a professora Mariah Brochado destacou as ações da Defensoria Pública nos processos de negociação e mediação, na aplicação do Direito no âmbito do Estado Democrático de Direito. “Em sua missão pública a solução dos conflitos torna-se um caminho natural na educação em direitos e na contribuição para o fortalecimento do processo democrático, destacou.

Para Mariah Brochado, “o defensor público deveria ser chamado defensor público de Justiça, pois ele provoca a justiça, na defesa do regime democrático e dos direitos individuais nas composições, mediações e negociações, que são suas competências legais no plano da solução dos conflitos”. A Defensoria Pública se expandiu muito, principalmente depois da Emenda Constitucional nº 80 e tem papel de destaque no fortalecimento da democracia”, ressaltou.

[Clique aqui para acessar a versão digital da revista.](#)



A defensora-geral, Christiane Malard, e o defensor público Péricles Batista da Silva



A professora Mariah Brochado



O professor Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira

O professor Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira; a defensora-geral, Christiane Malard; a professora Mariah Brochado; a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão; e o defensor público Péricles Batista da Silva



ESCOLA SUPERIOR

## Defensoria Pública realiza roda de conversa sobre a temática democracia e coletivos de base

*Integrando as comemorações do Dia Nacional da Defensoria Pública, no dia 17 de maio, a DPMG, por meio da Escola Superior, promoveu a Roda de Conversa “Estado Democrático de Direito, Defensoria Pública e a construção de Coletivos de Base”.*

Antecedendo ao debate, foram ministradas palestras pelos expositores doutor José Luiz Quadros de Magalhães e doutor Walter Ude. Foram apresentados, ainda, vídeos institucionais da Defensoria Pública e um vídeo retratando ocupações escolares.

Ao abrir o evento, a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), Hellen Caires Teixeira Brandão, salientou a criação da Escola como uma das recentes conquistas da Defensoria Pública e seu propósito de buscar parcerias com a finalidade de levar informação para os assistidos, por meio de capacitações “realizadas de forma mais qualificada, com maior corpo e estrutura”.

Hellen Caires destacou que a Esdep é “mais uma ferramenta e um meio para a realização de iniciativas como este evento”. Informou que os defensores públicos já exercem atividades próximas da população, citando projetos como o Mediação de Conflitos Escolares (Mesc) e o projeto Casamento Homoafetivo, entre outros programas. “A Escola busca conectar esses atores que já existem e desempenham trabalhos de excelência e levá-los até o cidadão”.

A diretora da Esdep agradeceu aos professores doutores palestrantes; parabenizou a defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, coordenadora do projeto Mesc e coorganizadora da roda de conversa, os defensores públicos presentes e os membros da Câmara de Estudos de Métodos Adequados da Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial, ressaltando que a realização do presente debate já é um de seus frutos.

A coordenadora do Mesc e integrante da Câmara de Métodos Adequados, defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, frisou que a promoção da roda de conversa representa uma conquista. “Realizar um trabalho da Câmara de Estudos é extremamente importante, pois estamos dando guarida e efetivando o que a nossa lei prioriza. A atuação do defensor público como agente de transformação e cidadania é algo muito mais importante. Significa que estamos junto com a sociedade para além de ajuizar ações e de defender em ações judiciais”.

*continua >>*



**Palestrantes, defensores públicos, estudantes e demais participantes do evento**

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Defensoria Pública realiza roda de conversa sobre a temática democracia e coletivos de base**

Em seguida, a estudante Késsia Teixeira falou sobre a ideia da criação do coletivo, que foi iniciada em 2016, durante as ocupações escolares. “Após as ocupações, nós mantivemos a nossa luta, pois os projetos de retirada de direitos não pararam. Estamos dialogando e articulando desde então e vimos a necessidade de formar um coletivo, que agregue estudantes, entidades e instituições, como a Defensoria Pública, e continue lutando em defesa dos direitos das pessoas e para lutar por uma educação de qualidade”, afirmou a líder estudantil.

Na sequência, os defensores públicos Luis Renato Areas Braga Pinheiro e Carlos Alberto Thomazelli Penha, membros da Câmara de Estudos de Métodos Adequados da Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial, explanaram sobre a Defensoria Pública e suas atribuições, com ênfase na atuação extrajudicial da Instituição.

Luis Renato Areas salientou que a Defensoria Pú-

blica promove o acesso à justiça, o que é “muito mais amplo do que o acesso ao Judiciário. A Defensoria é a ponte entre o cidadão e as organizações, na busca de que todos os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade sejam resguardados”.

O defensor público enfatizou que a atuação extrajudicial do defensor público é o que diferencia a carreira das demais carreiras do Sistema de Justiça. Luis Renato Areas explanou, ainda, sobre a Câmara de Estudos de Métodos Adequados da Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial. “Os mecanismos que os defensores públicos têm para atuarem, faz com que seja possível resolver uma série de demandas, sem a necessidade de judicialização. O viés da Defensoria Pública, como instrumento do regime democrático, é tentar entender as situações, mediar e conciliar para resolver o problema de uma forma muito mais eficaz do que a imposta pelo Judiciário, afirmou.

*continua >>*

Diretora da Esdep, Hellen Caires



Coordenadora do Mesc e integrante da Câmara de Métodos Adequados, defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho



Késsia Teixeira



Defensores públicos Luis Renato Areas e Carlos Alberto Thomazelli

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Defensoria Pública realiza roda de conversa sobre a temática democracia e coletivos de base**

Carlos Alberto Thomazelli falou sobre a atuação extrajudicial da DPMG, contextualizando-a na legislação em vigor. “A atuação extrajudicial está relacionada à desjudicialização, ou seja, tirar os conflitos do âmbito do Judiciário, empoderando as partes para que possam, por si sós, encontrarem uma solução. Está relacionada também à difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico. Thomazelli mencionou ações sociais e educativas promovidas pela DPMG, que promovem a cidadania e, muitas vezes, também aproximam as partes, evitando a judicialização. “A atuação extrajudicial é prioritária na Defensoria Pública. E nós, membros da Instituição, vemos isso como a identidade própria da Defensoria, que é voz dos excluídos e dos grupos vulneráveis, tanto na solução dos litígios, como também, na conscientização dos direitos”.

O defensor público Vladimir de Souza Rodrigues, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos

Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), falou sobre as atribuições da Especializada relacionadas à diversidade sexual. Segundo o defensor, a expectativa de vida da população no Brasil é de 75 anos, em média, enquanto a da mulher transexual é de 35 anos. “O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. E mais do que o dobro do que o segundo colocado”, alertou. Vladimir Rodrigues informou, ainda, que estudos apontam que as mulheres transexuais e travestis, em algum momento da vida, vão trabalhar no mercado do sexo por falta de opção.

Na visão de Vladimir Rodrigues, os dados apresentados fazem “concluir que na sociedade brasileira existe um apartheid social contra a população de diversidade sexual. São cidadãos que têm as mesmas obrigações e pagam os mesmos impostos, todavia, não têm o mesmo retorno”.

*continua >>*

**Defensor público Carlos Alberto Thomazelli**



**Defensor público Vladimir de Souza Rodrigues**



**Professor doutor José Luiz Quadros de Magalhães**



**Professor doutor Walter Ude**

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Defensoria Pública realiza roda de conversa sobre a temática democracia e coletivos de base**

O defensor salientou a inexistência de políticas públicas para superar essas questões e propôs a reflexão: “em um estado democrático de direito como o Brasil é, ou melhor, quer ser, é possível a existência de cidadãos de segunda categoria?”. Vladimir Rodrigues finalizou ressaltando que o trabalho de inserção ao acesso ao direito é também de inserção social. “Trata-se de empoderar as pessoas, para que se sintam cidadãs e sujeito de direitos, para que possam lutar para ter acesso a direitos básicos”.

Em sua exposição, o professor doutor José Luiz Quadros de Magalhães contextualizou a situação atual do Brasil, passando pela crise institucional e o papel do Judiciário nessas questões. Em seguida, o professor fez uma análise dos caminhos possíveis, com ênfase na movimentação popular. “As pessoas precisam se mobilizar e criar redes. Há uma fragmentação muito grande dos movimentos sociais e das lutas por direitos. É importan-

te que, mantendo a diversidade, a gente seja capaz de criar pautas comuns e construir uma outra sociedade, com espaço para todo mundo. A ideia é que mantendo essa diversidade, possamos construir lutas comuns de transformação social, política, econômica, para melhorar a vida de todos. Se for para resumir em uma imagem, seria um mosaico, algo comum e que mantenha a diversidade”.

O professor doutor Walter Ude abordou a relação da democracia com a importância de se organizar espaços coletivos, especialmente, “em um momento social tão crítico, como o que vivemos atualmente no Brasil”. Walter Ude destacou que direitos sociais estão sendo perdidos e é necessário resgatar a coletividade e a organização social. “A saúde, a educação e o trabalho estão comprometidos e vejo esse momento como muito importante para restabelecer o espírito comunitário e organizar a sociedade civil”.

*continua >>***Roda de conversa**

O evento contou com apresentação cultural de membros do Grupo Valores de Minas



ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Defensoria Pública realiza roda de conversa sobre a temática democracia e coletivos de base**

Para o professor Walter Ude, é preciso pensar “se é possível realizar a democracia ou não. Temos que analisar experiências coletivas que existem, porém não conhecemos muito, como os quilombolas, que têm uma visão coletiva diferente da visão capitalista ocidental, os indígenas e o movimento dos sem-terra. É necessário conversar com esses grupos, porque esse modelo democrático que veio da Europa, da Grécia, em que só votavam os donos da terra e as mulheres e crianças não tinham voz, é um modelo problemático. A ideia de democracia no capitalismo é impossível”, afirmou.

Após as exposições, foi realizada uma roda de conversa com a participação dos palestrantes, defensores

públicos, estudantes e demais presentes no evento.

**Presenças**

Também prestigiaram o evento a presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – Seção Minas Gerais, Valéria Morato; a representante da diretoria educacional da Superintendência Regional Metropolitana B; os defensores públicos Irma de Paiva Reis, Rachel Aparecida de Aguiar Passos, Juliana Bastone, Leandro Coelho e Roberta de Mesquita Ribeiro; a assistente social Andréa Matias; além da professora e assistente social Cristina Abreu.



**Defensora Pública Francis Coutinho acompanhada pelos palestrantes**

**Defensores públicos Luis Renato Areas, Irma Luzia de Paiva Reis, Rachel Passos, Carlos Alberto Thomazelli, Francis Coutinho e Hellen Caires**



ESCOLA SUPERIOR

## Crimes contra o patrimônio e direitos dos consumidores são temas na capacitação de estagiários em Direito da DPMG

Dia 7 de maio, o defensor público Wilson Hallak, em atuação na 3ª Vara Criminal da Capital, ministrou palestra sobre o trabalho da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) nos casos de crimes contra o patrimônio, como apropriação indébita, furto, roubo e receptação. O defensor realçou como a DPMG lida com essas questões no atendimento aos assistidos.

**Wilson Hallak respondeu dúvidas dos estagiários relacionadas ao tema e sobre as alterações legislativas sobre os crimes de rua. A atividade integra o curso de capacitação “Aprender” para os estagiários em Direito da DPMG, promovido pela Coordenação de Estágio e Serviço Voluntário, em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep).**



**Daniel Firmato abordou temas como as consequências das escolhas do consumidor para as famílias e para a sociedade, assim como a prevenção acompanhada de informação sobre uso consciente do dinheiro.**

Na segunda-feira, dia 14/05, o coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato de Almeida Glória, ministrou palestra sobre o trabalho da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na defesa dos direitos da população na área da saúde suplementar e do consumidor.

Aproveitando a Semana Nacional da Educação Financeira, Daniel Firmato abordou temas como as consequências das escolhas do consumidor, para as famílias e para a sociedade, assim como a prevenção acompanhada de informação sobre uso consciente do dinheiro. Ressaltou ainda o superendividamento dos brasileiros e as dificuldades na eliminação dos débitos. Outro ponto enfatizado foram as questões enfrentadas pelo consumidor para a contratação dos planos da saúde suplementar.

## Conjur publica artigo de defensor público sobre a Lei 13.654/18 e a majorante do emprego de arma de fogo no crime de roubo

O site *Consultor Jurídico* publicou, dia 04.05.2018, artigo de autoria do defensor público Fernando Campelo Martelletto, publicado também no site da Revista Jusbrasil no dia 24 de abril.

De acordo com Fernando Martelletto “o ponto destacado no artigo, da revogação do inciso I do § 2.º do art. 157 do Código Penal, é de especial interesse para a defesa dos assistidos da Defensoria Pública, pela possibilidade de redução imediata da pena e o abrandamento do regime prisional mesmo para os casos ocorridos antes da entrada em vigor da nova Lei, no último dia 24 de abril”.



**Clique aqui para ler o artigo intitulado “A Lei 13.654 e a majorante do emprego de arma no crime de roubo”, na Revista Conjur.**

## HOMENAGENS

# Assprom premia adolescentes que se destacaram nos estudos e no ambiente profissional em 2017

O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), dia 8.05.2018, na solenidade Destaque Estudantil de 2017, realizada pela Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM), no auditório da instituição, na Capital. Também presente a coordenadora dos Trabalhadores Mirins da DPMG, Rosângela Monteiro de Souza.

Nesta edição foram premiados e homenageados os adolescentes trabalhadores e aprendizes, de Belo Horizonte, Região Metropolitana da Capital e cidades do interior, que se destacaram em suas atividades escolares e apresentaram um elevado nível de responsabilidade em seu desempenho profissional e pessoal. A cerimônia é uma ação do Acompanhamento Escolar da Assprom, e tem como objetivo reconhecer o esforço e a dedicação dos adolescentes e jovens da associação e premiá-los como forma de incentivo para os outros também.

De acordo com Rosângela Monteiro, “a Assprom proporciona o trabalho de direcionar os jovens para cada setor, acompanhar os trabalhos e o programa escolar e oferece diversos cursos, alguns sob minha coordenação, o que acaba criando esse vínculo entre nós. Então, quando um adolescente trabalhador nosso, recebe esse destaque, esse reconhecimento na escola, é muito importante a gente presenciar e levar a conquista para todos os outros estudantes, proporcionando referência”, ressaltou.

Na oportunidade, 33 adolescentes foram premiados e receberam medalhas. Entre eles, Jéssica Gonçalves dos Reis, 17 anos, em atuação na Coordenação das Famílias da DPMG há um ano. “Eu sou muito agradecida pela oportunidade oferecida junto a Assprom pois, apesar de não ser fácil conciliar trabalho e estudo, é muito importante para minha formação e uma honra participar do Destaque Estudantil”.



aaa IMG 9433 05 2018 08

Da esquerda para a direita: a coordenadora dos Trabalhadores Mirins da DPMG, Rosângela Monteiro; a estudante Jéssica Gonçalves dos Reis, em atuação na Coordenação de Família da DPMG; e o defensor público Ronivaldo Robson do Nascimento

## DPMG NA MÍDIA

### Defensora pública concede entrevista sobre a alienação parental

A coordenadora Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite, em entrevista ao MGTV 1ª Edição Zona da Mata, edição do dia 25 de abril, alertou sobre as consequências da alienação parental. Segundo a defensora pública, “a alienação parental ocorre quando o guardião dificulta ou impede a convivência com o filho comum, chegando mesmo a criar uma resistência psicológica na criança contra o pai ou a mãe.

Cumprido ressaltar que o direito à convivência com os genitores é da criança, que tem o direito de exercê-lo sob

pena, até, daquele que está a impedir a convivência saudável perder a guarda do menor”, explicou a defensora.



[Clique aqui para ver a entrevista.](#)

## Convites

# 2018

## DIA DA DEFENSORIA PÚBLICA

19 de maio

### COMEMORAÇÕES NA DPMG

#### 7ª EDIÇÃO

### PROGRAMAÇÃO

**CAPITAL**

<p><b>03/05</b> Assinatura de Adesão ao NUDEM (Núcleo de Diálogo pelo Estado de Minas) pela ESDEP</p> <p><b>04/05</b> Atendimento da Defensoria Criminal na Penitenciária Estevão Pinto – Projeto <i>Proteção Integral</i></p> <p><b>08/05</b> 18h – Atendimento a indivíduos em situação de rua – Projeto <i>Banho de Amor</i></p> <p><b>15/05</b> 9h – Mutirão de atendimento na Praça Sete – Adep/MG</p> <p><b>16/05</b> Lançamento da edição nº 3 da Revista <i>.def</i> Divulgação em breve</p> <p><b>9h às 12h   14h às 16:30</b> – Vacinação contra a Gripe: Defensores públicos, servidores e Assprom DPMG Sede I – Rua Guajajaras, 1707, 2º andar, Barro Preto, BH.</p> <p><b>13h</b> – Tarde de Bem Estar e Entretenimento DPMG Sede I – Rua Guajajaras, 1707, 2º andar, Barro Preto, BH.</p> <p><b>17/05</b> 9h – Roda de Conversa: <i>Estado Democrático de Direito, Defensoria Pública e a construção dos coletivos de base</i> Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial DPMG Sede I – Rua Guajajaras, 1707, Barro Preto, BH.</p> <p><b>18/05</b> 9h30 – Casamento Comunitário Mineirinho – Av. Antônio Abraão Caram, 1000- São Luiz, BH.</p> <p><b>19/05</b> 9h – Atendimento da Defensoria Pública Itinerante: <i>Comunidade em Ação</i> Escola Municipal Sobral Pinto Rua das Almas, 120, Conjunto Paulo VI, BH.</p>	<p><b>22/05</b> 18h – Atendimento a indivíduos em situação de rua – Projeto <i>Banho de Amor</i></p> <p><b>23/05</b> 8h – <i>Café com Assistentes</i> DPMG Sede I – Atendimento/Sala de Espera Rua Guajajaras, 1707, 1º andar, Barro Preto, BH.</p> <p><b>25/05</b> II Seminário de Processo Civil da DPMG Divulgação em breve</p> <p><b>Lançamento do Projeto <i>Direito a Ser Dono</i></b> DPMG Sede I – Rua Guajajaras, 1707, 2º andar, Barro Preto, BH.</p> <p><b>28/05</b> 10h – <i>Universidade na Defensoria Pública</i> DPMG Sede I – Rua Guajajaras, 1707, 2º andar, Barro Preto, BH.</p>
--	--

**INTERIOR**

<p><b>18/05</b> III Mutirão das Famílias DPMG Unidade Uberlândia Av. Fernando Vilela, 1.313, B. Martins, Uberlândia-MG.</p> <p><b>20/05</b> 9h – Passeio ciclístico Projeto <i>Viva Sem Drogas: Siga e compartilhe essa idéia</i> Saída: 9h, na Semash. Chegada: Praça Aníbal Lopes – Ponte Nova</p> <p><b>23/05</b> 8h às 16h Seminário <i>Redução de Danos</i> <i>A contribuição de estratégia de redução de danos para o fortalecimento da rede intersetorial</i> Auditório da OAB – Av. Caetano Marinho, 223, Centro, Ponte Nova-MG</p> <p><b>26/05</b> Projeto Casamento Homoafetivo DPMG Unidade Sete Lagoas</p>
--

REALIZAÇÃO:





APOIO:



BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



IGUALDADE E CIDADANIA PARA TODOS  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Sede I: Rua Guajajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG  
[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)